



3985397

21290.203664/2023-85



Ministério da Igualdade Racial
Gabinete do Ministério da Igualdade Racial
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares

OFÍCIO Nº 738/2023/ASPAR.MIR/GAB.MIR/MIR

Brasília, na data de assinatura.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados - Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Resposta ao requerimento de informação nº 2530/2023

1. Cumprimentando-o, faço referência ao: Ofício 1^ªSec/RI/E/nº 416, de 31 de outubro de 2023, que remete os Requerimentos de Informação nº 2.530/2023, de autoria do Pastor Henrique Vieira, consubstanciada pela seguinte unidade:

RIC	UNIDADE CONSULTADA	RESPOSTA
2392/2023	Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo	Anexo Resposta RIC 2392/2023 (SEI nº 3911010)

2. Ante ao exposto, coloco este Ministério à disposição, desde já, para quaisquer esclarecimentos que ainda se façam necessários.

Respeitosamente

(documento assinado eletronicamente)

JOSIARA BARBOSA DINIZ LEITE

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares

De acordo:

(documento assinado eletronicamente)

ANIELLE FRANCO

Ministra de Estado da Igualdade Racial



Documento assinado eletronicamente por **Josiara Barbosa Diniz Leite, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares**, em 04/12/2023, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo/Terpo-2371010>

2371010



Documento assinado eletronicamente por **Anielle Francisco da Silva, Ministro(a) de Estado da Igualdade Racial**, em 05/12/2023, às 20:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.**



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3985397** e o código CRC **737B3DC0**.

Referência: Caso responda este ofício, indicar expressamente o Processo nº 21290.203664/2023-85

SEI nº 3985397

Esplanada dos Ministérios Bloco C - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Página GOV.BR: - <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo/Terpo-2371010> Ofício 790 (3985397) SET 21290.203664/2023-85 / pg. 5

2371010



3879110

21290.203664/2023-85



Ministério da Igualdade Racial
Gabinete do Ministério da Igualdade Racial
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares

OFÍCIO Nº 637/2023/ASPAR.MIR/GAB.MIR/MIR

Brasília, na data da assinatura.

À Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo
À Secretaria Executiva

Assunto: Solicita-se Nota Técnica em resposta ao Requerimento de Informação nº 2530/2023

Com cordiais cumprimentos, encaminhamos o **Requerimento de Informação nº 2530/2023**, de autoria do deputado Henrique Vieira - PSOL/RJ, que "Requer ao Ministério da Igualdade Racial informações acerca da implementação de conteúdos ligados à "História e Cultura AfroBrasileira e Indígena", no currículo escolar nacional, de acordo com a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08."

O requerimento solicita as seguintes informações, com a apresentação da respectiva documentação comprobatória:

1. O Ministério da Igualdade Racial tem participado em algum processo de diálogo com o Ministério da Educação para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08?
2. É necessário tornar a Lei 10.639/03 cada vez mais conhecida, não apenas entre educadores, mas em toda sociedade brasileira. O Ministério tem planejado e executado ações nesse sentido no ano em que a lei completa vinte anos?
3. Alguma parceria foi estabelecida com órgãos federais, estaduais ou municipais no sentido de contribuir para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08?

Solicitamos retorno da manifestação a esta Assessoria Parlamentar no **prazo de 03/11/2023**.

Atenciosamente,

NAILAH NEVES VELECI

Coordenadora da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares
Ministério da Igualdade Racial

JOSIARA BARBOSA DINIZ LEITE

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares
Ministério da Igualdade Racial



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinaturacameraleg.br/codArquivo/Tenor-2371010>

Ofício 637 (3879110) SET 21290.203664/2023-85 / pg. 6

2371010



Documento assinado eletronicamente por **Nailah Neves Veleci, Coordenador(a) da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares**, em 19/10/2023, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



Documento assinado eletronicamente por **Josiara Barbosa Diniz Leite, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares**, em 19/10/2023, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3879110** e o código CRC **53DAB1FE**.

Referência: Caso responda este ofício, indicar expressamente o Processo nº 21290.203664/2023-85

SEI nº 3879110

Esplanada dos Ministérios Bloco C - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Página GOV.BR: - <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade.assinatura.camaraleg.br/CodArquivo/Terpo/2371010> / pg. 7

Orçamento (3075710) - SEI 21290.203664/2023-85

2371010



3880901

21290.203664/2023-85



**MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS, COMBATE E
SUPERAÇÃO DO RACISMO**

DESPACHO Nº 853/2023/SEPAR/MIR

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Destino: **Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas**

Assunto: **Solicita-se Nota Técnica em resposta ao Requerimento de Informação nº 2530/2023.**

1. Refiro-me ao Ofício nº 637/2023/ASPAR.MIR/GAB.MIR/MIR (3879110), que encaminha o **Requerimento de Informação nº 2530/2023 (3879103)**, de autoria do deputado Henrique Vieira - PSOL/RJ, que "Requer ao Ministério da Igualdade Racial informações acerca da implementação de conteúdos ligados à "História e Cultura AfroBrasileira e Indígena", no currículo escolar nacional, de acordo com a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08."

2. O requerimento solicita as seguintes informações, com a apresentação da respectiva documentação comprobatória:

2.1. *O Ministério da Igualdade Racial tem participado em algum processo de diálogo com o Ministério da Educação para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08?*

2.2. *É necessário tornar a Lei 10.639/03 cada vez mais conhecida, não apenas entre educadores, mas em toda sociedade brasileira. O Ministério tem planejado e executado ações nesse sentido no ano em que a lei completa vinte anos?*

2.3. *Alguma parceria foi estabelecida com órgãos federais, estaduais ou municipais no sentido de contribuir para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08?*

3. Em face do exposto, encaminho o presente processo para conhecimento e manifestação, no que couber, **com retorno a este Gabinete até o dia 01/11/2023.**

Atenciosamente,

SERGIO RICARDO ISCHIARA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camaraeconomia/leodArquivador-2371010>

2371010



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Ricardo Ischiara, Chefe de Gabinete Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo**, em 20/10/2023, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3880901** e o código CRC **18C27656**.

Referência: Processo nº 21290.203664/2023-85

SEI nº 3880901

2371010



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ReadArquivo?arq=2371010>

Despacho 655 (5880001) - SER 21290.203664/2023-85 / pg. 9



3903647

21290.203664/2023-85



Ministério da Igualdade Racial
Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo
Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas

NOTA TÉCNICA Nº 95/2023/DPA/SEPAR/MIR

INTERESSADO(S): Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo

1. ASSUNTO

Trata-se de Nota Técnica elaborada em resposta ao Requerimento de Informação nº 2530/2023, que requer ao Ministério da Igualdade Racial informações acerca da implementação de conteúdos ligados à "História e Cultura AfroBrasileira e Indígena", no currículo escolar nacional, de acordo com a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

2.1. A presente Nota Técnica apresenta as informações solicitadas pelo **Requerimento de Informação nº 2530/2023 (SEI 3879103)**, de autoria do deputado Henrique Vieira - PSOL/RJ, que "Requer ao Ministério da Igualdade Racial informações acerca da implementação de conteúdos ligados à "História e Cultura AfroBrasileira e Indígena", no currículo escolar nacional, de acordo com a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08", recebido por meio do Ofício nº 637/2023/ASPAR.MIR/GAB.MIR/MIR (SEI 3879110).

2.2. Nesse sentido, no que se refere especificamente à Lei nº 10.639/2003, são elencados ao longo do documento:

- As ações que estão sendo pensadas em conjunto com o Ministério da Educação com vistas à implementação da Lei, como as alterações no questionário de cadastro de avaliadores do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD.
- Os seminários, oficinas e outros eventos semelhantes realizados para discussão e divulgação da temática, como o "Seminário Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva: 20 anos de ensino de história e cultura afro-brasileiras"; a audiência pública "20 anos da Lei 10639/03", realizada pela Associação Nacional de História - ANPUH e pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN; a "Audiência pública para debater os 20 anos da Lei" que ocorreu na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal; a "Capacitação de Gestores sobre a aplicação da Lei 10.639/03 e seus desdobramentos"; e o "2º Encontro Diálogos Antirracistas: educação, democracia e equidade".
- As parcerias estabelecidas entre este Ministério da Igualdade Racial - MIR e a Controladoria-Geral da União - CGU, a Escola Nacional de Administração Pública - Enap e o Ministério da Educação - MEC para auxílio ao processo de implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dessa política pública.

3. ANÁLISE

3.1. Faço referência ao Ofício nº 637/2023/ASPAR.MIR/GAB.MIR/MIR (SEI 3879110), que encaminha o **Requerimento de Informação nº 2530/2023 (SEI 3879103)**, de autoria do deputado Henrique Vieira - PSOL/RJ, que "Requer ao Ministério da Igualdade Racial informações acerca da implementação de conteúdos ligados à "História e Cultura AfroBrasileira e Indígena", no currículo escolar nacional, de acordo com a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08."

3.2. O requerimento solicita as seguintes informações, com a apresentação da respectiva documentação comprobatória:

1. O Ministério da Igualdade Racial tem participado em algum processo de diálogo com o Ministério da Educação para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08?
2. É necessário tornar a Lei 10.639/03 cada vez mais conhecida, não apenas entre educadores, mas em toda sociedade brasileira. O Ministério tem planejado e executado ações nesse sentido no ano em que a lei completa vinte anos?
3. Alguma parceria foi estabelecida com órgãos federais, estaduais ou municipais no sentido de contribuir para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08?

3.3. Primeiramente, destaco que as informações relativas à Lei nº 11.645/2008, que incluiu os indígenas na obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino brasileira, devem ser obtidas diretamente junto ao Ministério dos Povos Indígenas, por pertinência temática.

3.4. No que se refere à Lei nº 10.639/2003, informo que esta Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas, da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo, do Ministério da Igualdade Racial - DPA/SEPAR/MIR encontra-se em diálogo constante com o Ministério da Educação, em especial com a Secretaria de Educação Básica - SEB e com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI, para estabelecer estratégias relacionadas à implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Lei.

3.5. A título de exemplo, estão as tratativas relacionadas à reorganização do cadastro do banco de avaliadores do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD com vistas a conferir maior diversidade étnico-racial ao processo. Os formulários passarão a incluir campos como Nome Social; Estado de Nascimento/Estado de residência e Município de Nascimento e Município de residência; Identidade de gênero; Cor ou Raça; "Foi Cotista?"; Identidade quilombola; e Educação para as Relações étnico-raciais/Educação Quilombola. Além disso, contarão com um campo para informações sobre as áreas de atuação e interesse no PNLD, quais sejam educação escolar indígena e/ou quilombola, educação para as relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, com o intuito de mensurar a familiaridade dos avaliadores com essas áreas e contar com pessoas qualificadas quando surgirem objetos relacionados a elas.

3.5.1. As alterações se encontram em fase final de produção no sistema e, uma vez incorporadas, haverá uma ação interministerial de anúncio do cadastramento e da campanha de atualização para aquelas pessoas já cadastradas. Ademais, R atuarão juntos na indicação de facilitador para curso de letramento racial para a equipe que executa a avaliação ca do PNLD. Espera-se que essas estratégias sejam capazes de conferir mais transparência sobre o perfil dos Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo?codArquivo=2371010>

2371010

avaliadores e, assim, compreender em que medida eles possuem relação com o tema da educação para as relações étnico-raciais.

3.6. Quanto ao planejamento e execução de ações deste Ministério no sentido de tornar a Lei nº 10.639/2003 cada vez mais conhecida, não apenas entre educadores, mas em toda sociedade brasileira, destaco que esta pasta está envolvida no planejamento, execução e participação em seminários, oficinas e outros eventos semelhantes, que contam com gestores federais, estudais e municipais, bem como acadêmicos, especialistas e representantes da sociedade civil, para discussão e divulgação da temática.

3.7. Como exemplo, citamos o **Seminário Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva: 20 anos de ensino de história e cultura afrobrasileiras**, realizado por esta Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas com o objetivo de ressaltar o histórico e a importância do marco legal que garante a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas redes de educação pública e privada do Brasil, no ano em que se completam duas décadas de promulgação da Lei nº 10.639/2003.

3.7.1. Fruto da luta dos movimentos negros brasileiros, a Lei ainda encontra muitos desafios para sua efetiva execução, dada a resistência da sociedade brasileira em reconhecer e valorizar a contribuição africana na formação social e cultural do país. Diante desse panorama, o evento buscou construir um espaço de debate entre pesquisadores(as), especialistas no tema, professores(as), representantes da sociedade civil organizada e de secretarias estaduais e municipais de educação, gestores federais e parlamentares, sobre o trabalho feito até aqui para a implementação da Lei, além de promover a visibilização e a troca de boas práticas e experiências desenvolvidas por escolas nas etapas da educação básica, ensino fundamental e médio.

3.7.2. Foram debatidos também os obstáculos existentes para que o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira seja uma realidade presente em todas as escolas do Brasil, reforçando o compromisso do MIR com o aperfeiçoamento da implementação e execução da Lei nº 10.639/2003 para a garantia de uma educação verdadeiramente comprometida com a igualdade racial.

3.7.3. O evento aconteceu em formato híbrido (presencial, com transmissão), em Brasília/DF, no dia 23 de agosto de 2023, e contou com a participação de grandes referências na temática, como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Helena Theodoro.

3.7.4. Seguem alguns registros fotográficos do Seminário:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo?codArquivo=2371010>

Nota Técnica 95 (3985647) - SEI-21200203664/2023-85 / pg. 11



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo/leg-2371010> SEI-2371010.203664/2023-85 / pg. 12



3.8. Ao longo do ano, esta Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas - DPA participou como convidada de uma série de eventos relacionados direta ou indiretamente à Lei nº 10.639/2003, conforme disposto a seguir.

3.9. Em maio de 2023, participamos da **audiência pública "20 anos da Lei 10639/03"**, realizada pela Associação Nacional de História - ANPUH e pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN, no contexto do Seminário Nacional "20 anos depois: a lei 10639/03 e o Ensino de História". O evento objetivou promover o diálogo entre representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e de associações, entidades e organizações que atuam na defesa dessa política pública, e contou com a presença de representantes do Ministério da Educação, do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério da Justiça, além da Frente Parlamentar Mista Antirracista. Foram debatidos, entre outros, aspectos relacionados aos 20 anos de implementação da Lei e desafios futuros para sua consolidação e aos impactos dessa legislação no sistema educacional brasileiro. A audiência foi transmitida ao vivo pelo canal da ANPUH-Brasil no YouTube e está disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=omVJTNPlcqq>.

3.10. No mês de julho de 2023, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, senador Paulo Paim (PT), solicitou uma **audiência pública para debater os 20 anos da Lei**, que contou com a participação de representantes desta Diretoria. Na ocasião foram apresentados os dados de uma pesquisa elaborada pelo "Instituto Alana" e pelo "Geledés, Instituto da Mulher Negra", que ressalta o descumprimento parcial ou total dos dispositivos da Lei nº 10.639/2003 pela maior parte das secretarias municipais de educação. Dentre os pontos discutidos, esteve a escassez de orçamento destinado à implementação da Lei, que seria uma das causas da baixa adesão por parte dos entes federativos que devem executá-la. Segue o registro fotográfico do evento, disponível no site da Rádio Senado:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo?codArquivo=2371010> SEI-23200.203664/2023-85 / pg. 13



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/07/03/comissao-discute-20-anos-da-lei-sobre-ensino-da-historia-e-cultura-afro-brasileiras-nas-escolas>

3.11. No mês de outubro de 2023, esta Diretoria enviou representantes para a "**Capacitação de Gestores sobre a aplicação da Lei 10.639/03 e seus desdobramentos**", que aconteceu em Aparecida de Goiânia/GO, e para o "**2º Encontro Diálogos Antirracistas: educação, democracia e equidade**", que ocorreu em São Paulo/SP.

3.11.1. No primeiro, a representante da DPA visitou as instalações da Coordenadoria de Igualdade Racial e Direitos Humanos para reconhecimento da equipe e das ações desenvolvidas no âmbito da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos no município de Aparecida de Goiânia/GO. Em seguida, junto à Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Sra. Iêda Leal, e à equipe da Coordenadoria de Igualdade Racial e Direitos Humanos, visitou a Escola Municipal Serra das Areias (Escola Quilombola) e a Escola Estadual Jardim Cascata para reconhecimento da escola e das ações desenvolvidas pela equipe de gestoras e professoras com relação à aplicação da Lei nº 10.639/2003. Por fim, compôs a mesa de autoridades (com a participação da Secretária Iêda Leal; da Secretaria de Educação do município de Aparecida de Goiânia, Idelma Oliveira; do Coordenador de Políticas para Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos do município de Aparecida de Goiânia, André Luiz Barbosa; e do Diretor do Instituto Federal do Goiás - campus Aparecida de Goiânia, Professor Eduardo Rezende) e deu início a uma capacitação sobre a aplicação da Lei nº 10.639/2003 e seus desmembramentos, em que foram apresentadas as ações desenvolvidas pela DPA, com maior detalhamento sobre iniciativas referentes à aplicação da Lei, como o "Seminário Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva: 20 anos de ensino de história e cultura afrobrasileiras". Seguem alguns registros fotográficos do evento:



2371010



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CodArquivo/000-2371010-203664/2023-85/> / pg. 14



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camaraleg.br/codArquivo?codArquivo=2371010> Nota Técnica 95 (3593647) SET-21200203664/2023-85 / pg. 15



3.11.2. No segundo evento, a representante da DPA participou como ouvinte da abertura, que contou com a participação de João Jorge Rodrigues - Presidente da Fundação Cultural Palmares e da Profª Dra. Maria Inês da Silva Barbosa - pesquisadora e pioneira nos estudos sobre a saúde da população negra no país. Em seguida compôs, como palestrante, o "Painel: Políticas Afirmativas e Educação Antirracista", cujo objetivo era discutir o fortalecimento das Políticas Afirmativas, refletindo sobre a importância da consolidação de legislações como a Lei nº 12.711/2012, a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 13.408, dentre outras. Na ocasião, apresentou a estrutura do Ministério da Igualdade Racial e suas principais ações no âmbito da educação. Por fim, a servidora participou como ouvinte da mesa "Amazônia Negra, mudanças

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



climáticas e trabalho" e do painel "Transformando as Instituições Empregadoras". A programação do evento segue anexa a esta Nota Técnica (SEI 3910057).

3.12. No que se refere ao questionamento sobre as parcerias estabelecidas com órgãos federais, estaduais ou municipais no sentido de contribuir para a implementação da Lei nº 10.639/2003, destaco a participação desta Diretoria na **composição do 6º Plano de Ação Nacional da Parceria para Governo Aberto (OpenGovernmentPartnership-OGP)**, desenvolvido no âmbito da Controladoria-Geral da União - CGU. A Parceria para Governo Aberto é uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparéncia dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social. Para fazer parte da OGP, os países apresentam Planos de Ação Nacionais, comprometendo-se a adotar medidas concretas para o fortalecimento da transparéncia das informações e atos governamentais, combate à corrupção, fomento à participação cidadã, gestão dos recursos públicos, integridade nos setores público e privado, entre outros objetivos.

3.12.1. Nesse sentido, a DPA apresentou o tema "Políticas de ações afirmativas raciais e dados abertos", que foi um dos escolhidos pela CGU para fazer parte do 6º Plano de Ação Nacional. O primeiro e o segundo encontro das Oficinas para a cocriação do tema aconteceram no mês de outubro de 2023 e discorreram sobre os dados necessários à implementação das políticas de ações afirmativas raciais no país. A dinâmica da primeira oficina levou à identificação do cenário atual, do cenário desejado e dos bloqueios relativos ao acesso aos dados, bem como ao estabelecimento conjunto e colaborativo do desafio a ser enfrentado por meio de políticas de governo aberto para ampliar os princípios de transparéncia, participação social e responsividade. A segunda oficina tratou dos resultados esperados, das ações necessárias para o alcance desses resultados, dos prazos e dos responsáveis por cada uma das ações que farão parte do Plano.

3.12.2. O relatório que contém a metodologia e o resultado do primeiro encontro já foi disponibilizado e pode ser acessado no link: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2023/10/primeira-etapa-das-oficinas-de-cocriacao-de-governo-aberto-do-6deg-plano-de-acao-nacional>. No que se refere especificamente à Lei nº 10.639/2003, como é possível observar no relatório, foi apresentado o "acesso a dados sobre implementação da Lei e boas práticas" na definição do cenário desejado para o tema educação e, na identificação de bloqueios existentes, foi inserida a "falta de indicadores estabelecidos para o monitoramento da implementação da Lei nº 10.639/2003". O relatório do segundo encontro deve ser publicado em breve no site da CGU. Acredita-se que a execução das ações previstas para o 6º Plano de Ação Nacional fomentarão enormemente a transparéncia e a governança sobre dados de ações afirmativas no país, inclusos nessa perspectiva aqueles relativos à Lei nº 10.639/2003.

3.13. Outra importante parceria que tem se aprofundado ao longo desta gestão é aquela estabelecida com a **Escola Nacional de Administração Pública - Enap**. No âmbito dessa parceria, foram concebidos programas e realizados seminários e cursos, conforme exemplificado a seguir:

- Programa "Formação de Iniciativas Antirracistas - Fiar", que constitui parceria entre a Enap e o MIR para desenvolver e promover cursos, metodologias, pesquisas e eventos ligados à igualdade racial. Dentre as iniciativas apoiadas pela DPA, destacam-se a realização dos cursos de liderança voltados exclusivamente ou com vagas reservadas para profissionais negros(as), de modo a contribuir para o aprimoramento de competências e para a formação de lideranças negras no Governo Federal, como o "Lidera.Gov 4.0 - edição exclusiva para pessoas negras";
- "Seminário para divulgação da pesquisa sobre a implementação da Lei nº 12.990/2014 (Lei de Cotas no Serviço Público)", bem como a celebração de novo Termo de Execução Descentralizada - TED com a ENAP com vistas à continuidade da pesquisa para os anos de 2020 a 2023;
- "Jornada Julho das Mulheres Negras - Mulheres negras e mundo do trabalho", seminário realizado na Enap sobre a participação de mulheres negras no serviço público e na inovação e tecnologia;
- "DATATHON: Desigualdades Raciais no Serviço Público", que será realizado no mês de novembro de 2023. A iniciativa consiste em uma competição de inovação aberta que, ao promover o encontro de pessoas com diferentes acúmulos e conhecimentos para solucionar desafios, irá oportunizar a servidores(as) públicos(as), estudantes, acadêmicos(as) e outros(as) interessados(as) em buscar identificar o que os dados disponíveis no Infogov contam sobre as desigualdades raciais no serviço público e quais as possíveis leituras deste problema; e
- Concessão de bolsas para pessoas negras no "Programa Executivo de Competências para Liderança", curso customizado pela Enap e pela Paul H. O'Neill - Escola de Assuntos Públicos e Ambientais da Universidade de Indiana que tem o objetivo de fornecer aos participantes treinamento avançado e instrumental para o desenvolvimento de competências como líder em organizações públicas.

3.14. Tem-se a expectativa de que a parceria com a Enap seja capaz de promover ações voltadas à capacitação também no âmbito da Lei nº 10.639/2003 nos próximos meses.

3.15. Por fim, destaco o diálogo constante com o **Ministério da Educação**, tendo em vista a necessária parceria entre as pastas para o efetivo processo de implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dessa política pública que é compreendida por ambos os Ministérios como importante instrumento de promoção de direitos (como à própria memória), de promoção de ambiente escolar que garanta a igualdade racial e, consequentemente, de prevenção da evasão escolar entre estudantes negros.

4. CONCLUSÃO

4.1. As ações elencadas no documento reforçam o comprometimento do Ministério da Igualdade Racial - MIR em promover o diálogo intersetorial sobre os desafios de implementação da temática racial nos currículos escolares brasileiros e visibilizar boas práticas no contexto escolar.

4.2. Os eventos e parcerias realizados ao longo deste ano tiveram como objetivo ressaltar o histórico e a importância do marco legal que garante a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas redes de educação pública e privada do Brasil, no ano em que se completam duas décadas de promulgação da Lei nº 10.639/2003.

4.3. Fruto da luta dos movimentos negros brasileiros, a Lei ainda encontra muitos desafios para sua efetiva execução, dada a resistência da sociedade brasileira em reconhecer e valorizar a contribuição africana na formação social e cultural do país. Diante desse panorama, o MIR, por intermédio da Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas - DPA, segue com seu trabalho de promoção da implementação da Lei e de visibilização e troca de boas práticas e experiências desenvolvidas por escolas brasileiras para a garantia de uma educação verdadeiramente comprometida com a igualdade



Sem mais para o momento, a DPA está à disposição para demais informações ou dúvidas.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camaraleg.br/codArquivo?codArquivo=2371010> SEI-2209203664/2023-85 / pg. 17

2371010

É a Nota Técnica.

(assinado eletronicamente)

RAIANNE XAVIER DE ALCÂNTARA HOROVITS

Coordenadora

Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas

De acordo, encaminhe-se à Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo para avaliação e envio à Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares deste Ministério da Igualdade Racial.

(assinado eletronicamente)

ANNA CAROLINA VENTURINI

Diretora de Políticas de Ações Afirmativas

Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo
Ministério da Igualdade Racial



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Venturini, Diretor(a) de Políticas de Ações Afirmativas**, em 03/11/2023, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



Documento assinado eletronicamente por **Raianne Xavier de Alcantara Horovits, Coordenador(a)**, em 03/11/2023, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3903647** e o código CRC **A806B253**.

Referência: 21290.203664/2023-85



SEI nº 3903647



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo?codArquivo=2371010>

Nota Técnica 90 (3903647)

SEI 21290.203664/2023-85

2371010

3, 4 e 5 de Outubro de 2023 - São Paulo



2º Encontro
Diálogos Antirracistas:
educação, democracia
e equidade

IMS

Endereço: Av. Paulista,
2424 - Bela Vista

03/10/23 Terça-feira

PAINEL: EQUIDADE E DEMOCRACIA

19h00 - 21h30

Local: Teatro

Objetivo: refletir sobre o lugar da população negra na construção e defesa da Democracia brasileira, considerando as práticas da educação antirracistas e os caminhos para uma sociedade mais equânime.

Participações:

Ministra Anielle Franco - Ministério da Igualdade Racial (MIR)

Profª Dra. Maria Inês da Silva Barbosa - pesquisadora e pioneira nos estudos sobre a saúde da população negra no país

Daniel da Silva Bento Teixeira - Diretor executivo do CEERT

20h20 - 21h30

Show de Encerramento:
Samba de Dandara



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo/70072371010> / 03664/2023-85 / pg. 19

2371010

3, 4 e 5 de Outubro de 2023 - São Paulo



2º Encontro
Diálogos Antirracistas:
educação, democracia
e equidade

SESC
Endereço: R. Padre Adelino,
1000 - Belenzinho

04/10/23 Quarta-feira

**PAINEL: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

10h - 11h30

Local: Teatro

Objetivo: discutir o fortalecimento das Políticas Afirmativas, refletindo sobre a importância da consolidação de legislações como a Lei de Cotas nº 12.711/2012, a Lei nº 10.639/2003 e a nº 11.645/2008, dentre outras.

Mediação:

Profª Dra. Edilza Sotero - Professora Adjunta - Universidade Federal da Bahia - UFBA / Programa Prossseguir - CEERT

Composição:

Dra. Maria Bernadete Figueiroa - Procuradora de Justiça aposentada do Ministério Público de Pernambuco - MPPE

Profª Dra. Maria das Graças Gonçalves - Professora Associada - Universidade Federal Fluminense - UFF / Especialista em Educação - CEERT

Profª Natália Neris - Coordenadora de Ações Afirmativas de Educação do Ministério da Igualdade Racial - MIR

Sessões simultâneas - 11h40 - 13h10

**PAINEL: PROTAGONISMO DA
JUVENTUDE NEGRA E AS ESCOLAS**

Local: Teatro

Objetivo: destacar no ambiente escolar o potencial educativo das iniciativas e empreendimentos de coletivos jovens em territórios periféricos urbanos, quilombolas, ribeirinhos, entre outros.

Mediação:

Luanda Mayra - CEERT



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo/7002710100237101003664/2023-85> / pg. 20

Programação (5516057)

SET 21230.203664/2023-85

2371010

Composição:

Andreza Delgado - Co-criadora e Diretora Criativa - PerifaCon
Profª Jéssica Campos - Fundadora - Sarau do Capão
Profª Dra. Caroline Jango - Diretora Geral - Instituto Federal de São Paulo - IFSP
Paulo Henrique Xavier - Programa Prosseguir - CEERT

RODA DE CONVERSA: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA DAS INFÂNCIAS**Local:** Sala de Espetáculo

Objetivo: levantar reflexões para a formação de profissionais da área de educação e novas concepções pedagógicas que problematizem o preconceito e racismo.

Mediação:

Profª Dra. Juliana Yade - Especialista em Educação - Itaú Social

Composição:

Profª Dra. Gabriela Tebet - Professora Associada na Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Profª Dra. Waldete Tristão - Especialista em Educação - CEERT
Profª Ms. Fátima Santana - Coordenadora Pedagógica - CMEI Dr. Djalma Ramos/BA

OFICINA DE JONGO DITO RIBEIRO**Local:** Sala Oficina 3

Objetivo: ensinar sobre a relevância cultural do Jongo na história do Brasil e trazer os primeiros passos para o aprendizado da dança.

Mediação:

Profª Dra. Neli Edite - Professora aposentada do Colégio de Aplicação - Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Composição:

Dito Ribeiro

PAINEL: AMAZÔNIA NEGRA, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TRABALHO**15h00 - 16h30****Local:** Teatro

Objetivo: refletir sobre a equidade racial no território amazônico, mudanças climáticas e mercado de trabalho.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/DocArquivo/7002371010/203664/2023-85/>

Programação (551905) SET 21290.203664/2023-85 / pg. 21



Mediador:

-

Composição:

Prof^a Dra. Zélia Amador - Professora Emérita - Universidade Federal do Pará - UFPA

Dra. Ana Toni - Secretária Nacional de Mudança do Clima - Ministério do Meio Ambiente - MMA

Debatedor:

Daniel Silva Bento Teixeira - Diretor Executivo - CEERT

Sessões simultâneas - 16h40 - 18h10

RODA DE CONVERSA: EDUCAÇÃO E COMUNIDADES TRADICIONAIS - POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO

Local: Sala de Espetáculo

Objetivo: debater os desafios e as oportunidades que a Educação Quilombola, a Educação Indígena e a Educação em Comunidades de Terreiro oferecem ao país para a promoção da equidade racial.

Mediação:

Prof^a Dra. Matilde Ribeiro - Docente - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Composição:

Prof^a Dra. Ana D'Arc - Professora Adjunta - Universidade do Estado do Pará - UEPA

Prof. Nelson Maca - Poeta

Prof^a Cristine Takuá - Professora - EE Indígena Txeru Ba'e Kua-I / Fundadora do Fórum de Articulação dos Professores Indígenas do Estado de São Paulo - FAPISP

PAINEL: EDUCAÇÃO DAS ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES

Local: Teatro

Objetivo: discutir as estratégias para fortalecer a educação na adolescência e juventude. Entendendo a experiência como uma potência criadora, o encontro discutirá também as formas como a gestão escolar e as práticas docentes podem valorizar e impulsionar práticas educacionais atentas ao cotidiano e à vivência da juventude no Brasil.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/DocArquivo/700271010/203664/2023-85/> / pg. 22

Mediação:

Elisa Lucas Rodrigues - Secretária Executiva de Promoção da Igualdade Racial - Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo - SMDH/SP

Composição:

Ms. Patricia Mota Guedes - Superintendente - Itaú Social
Profª Ms. Vanderleia Assis - Coletivo de Estudos Por uma Educação Antirracista - CEPEA AYA
Profª Odalicia Oliveira Neves Conceição - CEDENPA

Debatedora - Profª Dra. Cida Bento - Conselheira - CEERT

RODA DE CONVERSA: BRINCADEIRAS AFRO-BRASILEIRAS NA EDUCAÇÃO DAS INFÂNCIAS

Local: Sala de Expressão Corporal

Objetivo: refletir sobre as estratégias pedagógicas possíveis por meio do uso de brincadeiras populares e sobre o lugar da gestão no incentivo à brincadeira na escola, a partir da transformação do espaço educativo.

Mediação:

Profª Dra. Patrícia Maria de Santana - Professora Colaboradora do Mestrado Profissional - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Composição:

Profª Dra. Míghian Danae - Professora - Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
Profª Maria Sonia Henrique - Diretora - CEI Ver. Aloysio de Menezes Greenhalgh - DRE-BT/SME/SP
Profª Dra. Jussara Santos - Formadora na Divisão de Educação Infantil - Secretaria Municipal de Educação - SME/ SP

OFICINA DE JONGO DITO RIBEIRO

Local: Sala Oficina 3

Objetivo: ensinar sobre a relevância cultural do Jongo na história do Brasil e trazer os primeiros passos para o aprendizado da dança.

Mediação:

Prof. Dr. Francisco Cruz do Nascimento - Diretoria de Educação do Campo/Coordenação da Educação Escolar Quilombola - SECBA

Composição:

Dito Ribeiro

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo/71212903664/2023-85/> pg_23



19h00 - Local: Comedoria

**Atração Musical:
Baile Black - Thulla Melo**

05/10/23 Quinta-feira

**PAINEL: TRANSFORMANDO AS
INSTITUIÇÕES EMPREGADORAS**

10h00 - 11h30

Local: Teatro

Objetivo: dialogar sobre o papel de empresas, organizações e instituições na construção de um mercado de trabalho mais equânime.

Mediação:

Ms. Winnie Nascimento dos Santos - Coordenação Mercado de Trabalho - CEERT

Composição:

Luciene Malta Rodrigues - Gerente de Projetos - MOVER

Cecilia Pasteur - Gerente de RH - SESC

Eliane Dias - Coordenadora-Geral de Gestão Administrativa do Gabinete da Ministra - Ministério da Igualdade Racial - MIR

Thais Nascimento - Coordenadora de Fomento e Inovação - GIFE

Sessões simultâneas - 11h40 - 13h10

**RODA DE CONVERSA: POR UMA
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA - PRODUÇÃO
E USO DE MATERIAIS DIDÁTICOS**

Local: Sala de Espetáculo

Objetivo: debater sobre a importância da construção e uso de materiais que dialoguem com a realidade dos territórios, convidamos educadores a pensar diferentes estratégias de produção de materiais antirracistas.

Mediação:

Glória Almeida - Analista de Projetos Sênior - Instituto Natura



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo/70023710109271290203664/2023-85> / pg. 24

Composição:

Acácio Jacinto - Gerente Adjunto - Canal Futura
Profª Vanderlucia Cutrim
Profª Cláudia Gonçalves (Jakuxa) - Professora - Escola Estadual Indígena Gwyra Pepo
Ms. Mário Rogério - Coordenador do Edital Equidade Racial na Educação Básica - CEERT

**PAINEL: JUVENTUDES NEGRAS
EM MOVIMENTO - DEMOCRACIA
E ECONOMIA SUSTENTÁVEL****Local: Teatro**

Objetivo: refletir sobre o lugar das juventudes negras na construção do bem viver, de novas possibilidades de futuro, da luta pela conquista de direitos e de novas relações com a natureza.

Mediação:

Iara Rolnik - Diretora de Programas - Instituto Ibirapitanga

Composição:

Profª Drª Lúcia Isabel - Professora Associada - Universidade Federal do Pará - UFPa / Programa Prosseguir
Maria Vitória - Programa Prosseguir
Gabriela Alves - Sócio-fundadora - Perifa Sustentável
Daniel da Silva Bento Teixeira - Diretor Executivo - CEERT

**RODA DE CONVERSA:
EDUCOMUNICAÇÃO - CONEXÕES
PARA UMA PRÁTICA ANTIRRACISTA****Local: Sala Oficina 3**

Objetivo: refletir o eixo "Comunicação" através das práticas e políticas antirracistas, debatendo estratégias de enfrentamento ao preconceito e racismo que são colocadas em prática no universo da comunicação.

Mediação:

Ms. Juliana Gonçalves - jornalista - militante antirracista

Composição:

Profª Dra. Rosangela Malachias - Coordenadora e presidente da CPVA – Comissão Permanente de Validação da Autodeclaração – Reitoria-UERJ
José Mariano - Analista de Comunicação - CEERT/ANANSI
Solon Neto - Diretor de comunicação - co-fundador - Alma Preta



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo/700271010203664/2023-85/> / pg. 25

Programação (5516057)

2371010

PAINEL: AS DESIGUALDADES DE APRENDIZAGEM - NOVOS MECANISMOS PARA A EQUIDADE RACIAL E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

15h00 - 16h30

Local: Teatro

Objetivo: Aprofundar a discussão sobre desigualdades da aprendizagem, considerando aspectos como gênero, raça e classe enquanto marcadores sociais da diferença. Profissionais e pesquisadores abordarão também as estratégias e práticas para a construção de uma educação mais equânime.

Mediador:

Daniel da Silva Teixeira - Diretor Executivo do CEERT

Composição:

Profª Dra. Zara Figueiredo - Secretária - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão - SECADI
Representante da Undime
Ricardo Henriques - Superintendente Executivo - Instituto Unibanco

Sessões simultâneas - 16h40 - 18h10

RODA DE CONVERSA: TRABALHO DIGNO PARA SOBREVIVENTES DO CÁRCERE

Local: Sala Oficina 3

Objetivo: apresentar os desafios dos sobreviventes do cárcere no acesso ao trabalho digno. Com pesquisadores e profissionais da área, a atividade traz uma reflexão sobre a importância da implementação de políticas públicas que facilitem o ingresso desse recorte da população ao mercado de trabalho.

Mediação:

Dra. Maria Inês da Silva Barbosa - pesquisadora e pioneira nos estudos sobre a saúde da população negra no país

Composição:

Dra. Thula Pires - Professora de Direito Constitucional da graduação e da pós-graduação do Departamento de Direito - Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ

Luan Candido - Mobilizador Social - Assessoria Popular Maria Felipa

Mirian Baião - Poeta, trancista e artista plástica

Ana Lúcia de Melo Custódio - Diretora Adjunta - Instituto Ethos



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo/700227101092710103664/2023-85> / pg. 26

Programação (5516057)

2371010

RODA DE CONVERSA: A EQUIDADE RACIAL E O ENSINO MÉDIO - CAMINHOS POSSÍVEIS

Local: Sala de Espetáculo

Objetivo: debater sobre os caminhos possíveis para a construção de um Ensino Médio de qualidade, levando em consideração o enfrentamento ao racismo e a busca por uma educação mais equânime. Contando com a presença de profissionais da educação e pesquisadores, a atividade traz um reflexão que dialoga tanto com a gestão escolar e a prática docente, quanto com a experiência do sujeito negro na educação básica no Brasil.

Mediação:

Profª Dra. Nadja Patrícia Gonçalves da Silva Almeida - Professora da Rede Estadual de Pernambuco, Assistente de Gestão na EREM Ione de Góes Barros - SEE/PE

Composição:

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério - Professor Titular de Sociologia do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Jade Beatriz - Presidenta - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES

Prof. Dr. Gerson Alves de Oliveira - Professor - Instituto Federal do Tocantins – IFTO

PEÇA: DEBAIXO DOS VÉUS DE MINHAS SENHORAS

Local: Teatro

Objetivo: através do teatro e aliado a outros recursos artísticos, o espetáculo "Debaixo dos Véus de Minhas Senhoras" tem o intuito de propor a criação de um imaginário focado na trajetória de mulheres negras. Através do recurso narrativo, construído em canto/coral e dança, a performance busca, por meio da aliança entre mulheres negras, expor as violências verbais e não verbais que passam, os seus medos e fragilidades, sem perder a força, o brilhantismo e o magnetismo - elementos tão caros à história da população negra.

Mediação:

Natália Silva de Souza - Assistente de Mobilização de Recursos - CEERT

Composição:

Coletivo Entardecer



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Programação (551905) - 23/10/2023 10:23:10

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/codArquivo/10021290.203664/2023-85> / pg. 27

18h30 - Local: Teatro e Comedoria

Lançamento do 9º Prêmio Educar com Equidade Racial e de Gênero & Atração Musical



IT



ANANSI

PROGRAMA
PROSSEGUIR

ReIntegrar

EDUCAR COM
EQUIDADE
RACIAL E DE GÊNERO
PRÊMIO EDUCAR 2023

IMS

sesc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/leg/2371010/203664/2023-85/> / pg. 28

Programação (5516057) SET 27/29/2023 10:23:10

2371010



3911010

21290.203664/2023-85



Ministério da Igualdade Racial
Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo

OFÍCIO Nº 1062/2023/SEPAR/MIR

Brasília, na data da assinatura.

À Senhora

JOSIARA BARBOSA DINIZ LEITE

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares
Ministério da Igualdade Racial

Assunto: **Nota Técnica em resposta ao Requerimento de Informação nº 2530/2023.**

Senhora Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares,

1. Com cordiais cumprimentos, refiro-me ao Ofício nº 637/2023/ASPAR.MIR/GAB.MIR/MIR (3879110), que encaminha o **Requerimento de Informação nº 2530/2023 (3879103)**, de autoria do deputado Henrique Vieira - PSOL/RJ, que "Requer ao Ministério da Igualdade Racial informações acerca da implementação de conteúdos ligados à "História e Cultura AfroBrasileira e Indígena", no currículo escolar nacional, de acordo com a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08.", e assim, requer informações, com a apresentação da respectiva documentação comprobatória:

1.1. *O Ministério da Igualdade Racial tem participado em algum processo de diálogo com o Ministério da Educação para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08?*

1.2. *É necessário tornar a Lei 10.639/03 cada vez mais conhecida, não apenas entre educadores, mas em toda sociedade brasileira. O Ministério tem planejado e executado ações nesse sentido no ano em que a lei completa vinte anos?*

1.3. *Alguma parceria foi estabelecida com órgãos federais, estaduais ou municipais no sentido de contribuir para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08?*

2. Nesse contexto, em atenção à demanda em epígrafe, encaminho a Nota



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura-camera-leg.br/codArquivo/Tenor-2371010>

Ofício 1062 (3911010) SET 21290.203664/2023-85 / pg. 29

2371010

de Ações Afirmativas.

3. Sendo o que se apresenta, esta Secretaria agradece a especial atenção e coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

SERGIO RICARDO ISCHIARA

Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Ricardo Ischiara, Chefe de Gabinete Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo**, em 03/11/2023, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3911010** e o código CRC **ADD3AD0D**.

Referência: Caso responda este ofício, indicar expressamente o Processo nº 21290.203664/2023-85

SEI nº 3911010

Setor Comercial Sul Quadra 9 - Asa Sul, Brasília, 10º andar, Torre A- DF, 70308-200 10º andar, Torre A

Página GOV.BR: - <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CodArquivo/Terpo-2371010>

Ofício 1002 (3911010) SET 21290.203664/2023-85 / pg. 30

2371010